A Ciência Económica em Portugal

UMA HISTÓRIA RECENTE

2019

Vítor Neves e José Reis
Coordenadores

ALMEDINA

A CIÊNCIA ECONÓMICA EM PORTUGAL
UMA HISTÓRIA RECENTE
COORDENADORES
Vítor Neves e José Reis
EDITOR
EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.
Rua Fernandes Tomás, nºs 76-80
3000-167 Coimbra
Tel.: 239 851 904 · Fax: 239 851 901
www.almedina.net · editora@almedina.net
REVISÃO
Victor Ferreira
DESIGN DE CAPA
FBA.
PRÉ-IMPRESSÃO
João Jegundo
IMPRESSÃO E ACABAMENTO

Novembro, 2019
DEPÓSITO LEGAL

Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação são da exclusiva responsabilidade do(s) seu(s) autor(es).
Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo, sem prévia autorização escrita do Editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infrator.

ALMEDINA | GRUPOALMEDINA

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL — CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

A CIÊNCIA ECONÓMICA EM PORTUGAL

A ciência económica em Portugal:
uma história recente / coord.
Vítor Neves, José Reis
ISBN 978-972-40-8155-7

I — NEVES, Vítor
II — REIS, José

CDU 330

AGRADECIMENTOS

Este livro é uma obra coletiva, um trabalho de equipa, com a singularidade das suas contribuições individuais mas pensado como um todo no contexto de muitas, ricas e frutuosas trocas de ideias.

O trabalho que realizámos não teria sido possível sem a preciosa colaboração de muitas personalidades que disponibilizaram o seu tempo para, em entrevistas ou por email, fornecerem muito do material com que este livro se teceu. Para todos eles, demasiado numerosos para serem aqui referidos mas cujos nomes o leitor identificará ao longo das páginas que se seguem, o nosso agradecimento. Uma palavra de agradecimento é também devida a Victor Ferreira pelo trabalho competente e pelo inexcedível cuidado na revisão de todo o manuscrito.

Este trabalho tem o apoio financeiro da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT/MEC), através de fundos nacionais, e é cofinanciado pelo Fundo Europeu para o Desenvolvimento Regional — FEDER, através do Programa Operacional Competitividade e Inovação — COMPETE 2020, no âmbito do projeto RECON — *Que ciência económica se faz em Portugal? Um estudo da investigação portuguesa recente em Economia (1980 à atualidade)*, com a referência: PTDC/IVC-HFC/3826/2014 — POCI-01-0145-FEDER-016871.

Capítulo 2
Novas Economias em Portugal: os economistas Pinto Barbosa*

João Rodrigues

Uma homenagem

Há trinta anos, em 1989, era publicado o livro *Nova Economia em Portugal*, com o subtítulo *Estudos em Homenagem a António Manuel Pinto Barbosa*. A Comissão Organizadora era composta por professores da Faculdade de

* Este capítulo não podia ter sido escrito se António Soares Pinto Barbosa e Manuel Pinto Barbosa não tivessem gentilmente acedido ao pedido para duas relativamente longas entrevistas, que tiveram lugar a 4 de abril de 2018 (Manuel Pinto Barbosa) e a 5 de abril de 2018 (António S. Pinto Barbosa), seguidas, já na reta final deste trabalho, de dois encontros para discutir as suas conclusões. Pela sua disponibilidade, e ainda pelos detalhados comentários a uma primeira versão deste capítulo, estou-lhes muito grato. Todas as citações dos dois académicos não referenciadas dizem respeito às entrevistas. As duas entrevistas têm naturalmente áreas de sobreposição com uma entrevista conjunta publicada previamente (Canha, A. S. Pinto Barbosa e M. Pinto Barbosa, 2006). Agradeço a Jorge Braga de Macedo o convite para participar num *workshop* realizado na Academia das Ciências de Lisboa, em 2017, onde tive a oportunidade de comentar várias intervenções de professores da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, posteriormente publicado em livro (Rodrigues, 2018a), e de conhecer pessoalmente os irmãos Pinto Barbosa. Este capítulo foi escrito no âmbito do projeto *Que ciência económica se faz em Portugal? Um estudo da investigação portuguesa recente em Economia (1980 à atualidade)*. No âmbito do projeto, agradeço todo o apoio de Vítor Neves, seu coordenador, bem como os comentários de Ana Costa e de José Reis. Álvaro Garrido leu e comentou este capítulo, para lá de ter partilhado a sua ampla experiência de investigação na área da história recente da economia portuguesa, incluindo a realização de entrevistas. Obviamente, todos os erros e omissões que este trabalho ainda possa conter são da minha inteira responsabilidade.

Economia da Universidade Nova de Lisboa (FEUNL) — Alfredo de Sousa, Jaime Reis, Jorge Braga de Macedo e Miguel Beleza —, do então Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa (ISE-UTL), atual Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa (ISEG-UL) — Francisco Pereira de Moura, Manuel Jacinto Nunes e Vítor Constâncio — e da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra — José Joaquim Teixeira Ribeiro. Na "nota prévia" de introdução à obra, a dita Comissão indicava que a jubilação, em 1987, de António Manuel Pinto Barbosa (1917–2006) pela FEUNL tinha sido "um pretexto" para «mostrar ao amigo e mestre a profunda gratidão pelo serviço que prestou ao ensino e à investigação em Portugal» (Sousa *et al.*, 1989: 7).

Começando por destacar, entre os 35 ensaios, a presença do contributo de James Tobin — galardoado em 1981 (e não em 1983, como se afirma na nota) com o Prémio do Banco da Suécia para as Ciências Económicas em Memória de Alfred Nobel (doravante designado pela forma como é normalmente referido: Prémio Nobel da Economia) —, «cujo doutoramento *honoris causa* pela Universidade Nova de Lisboa, o homenageado patrocinara no ano anterior», ou seja, em 1980, Sousa *et al.* (1987) assinalam que desta forma «se terá conseguido dar à economia keynesiana, tão querida do homenageado, o tributo merecido» (1987: 7). A par de Tobin, outro contributo estrangeiro para o livro, também sublinhado na nota prévia, é o do "amigo de sempre" Robert Mundell, que viria a ser Prémio Nobel em 1999, embora o teor anti-keynesiano do seu ensaio não seja assinalado: de facto, este debruçou-se sobre o funcionamento do sistema monetário internacional, tema de resto caro ao homenageado, propondo uma coordenação monetária ancorada no ouro e em outras mercadorias, como "terceira joia", a par da desregulação e da redução de impostos, da política neoliberal de Reagan (Mundell, 1989: 426).

A "Nova Economia" reivindicava desta forma a plena integração nos circuitos, predominantemente anglo-saxónicos, da ciência económica, dominada pela economia então convencional, da síntese neoclássica às crescentemente hegemónicas propostas neoliberais, não redutíveis à Escola de Chicago e seus derivados.

Quarenta anos antes desta homenagem, António Manuel Pinto Barbosa — na altura Professor Catedrático interino no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras (ISCEF) (atual ISEG-UL), instituição onde se formou (1940) e doutorou (1941) — tinha sido o autor da famosa reforma

modernizadora do currículo ao nível da licenciatura. Nas suas palavras, «a economia passa a ser Economia com E grande» (*apud* Neves e Silva, 1999: 7), ou seja, passa a estar alinhada com uma abordagem centrada na articulação entre teoria económica, métodos quantitativos e política económica (Cardoso, 2001). Teixeira Ribeiro, a partir da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, onde ensinava teoria económica, teria sido um dos principais apoios, em particular no plano institucional, da iniciativa reformadora levado a cabo por Pinto Barbosa (Neves e Silva, 1999).

Ocupando, já nestes anos de reforma curricular, cargos técnico-políticos no Estado Novo — de diretor do Gabinete de Estudos do Conselho Técnico Corporativo (1948–1950) a Delegado de Portugal, em 1949, nos trabalhos da Organização Europeia de Cooperação Económica (OECE), criada no âmbito do chamado Plano Marshall —, Pinto Barbosa viria a assumir nas décadas seguintes, e até à revolução democrática de 1974, cargos políticos de topo na área económico-financeira: subsecretário de Estado do Tesouro, entre 1950 e 1955, ministro das Finanças, entre 1955 e 1965, e governador do Banco de Portugal, entre 1966 e 1974, tendo-se demitido deste último cargo na sequência do 25 de Abril de 1974.

No quadro da valorização que tem sido feita da integração económica internacional de Portugal antes de 1974, contra o mito do "orgulhosamente sós", Pinto Barbosa emerge como um defensor e participante da linha política que levou o Estado Novo a aderir a organizações como a OECE, a Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA), o Fundo Monetário Internacional (FMI) ou o Banco Mundial, tendo sido governador por parte de Portugal nestas duas últimas organizações internacionais e chegado a declarar, mais tarde e em modo retrospetivo, que «a minha preocupação fundamental não só como governador, mas antes como ministro das Finanças, foi sempre na questão da internacionalização da economia» (*apud* Canha, A. S. Pinto Barbosa e M. Pinto Barbosa, 2006: 256).

A relação entre internacionalização da economia portuguesa e internacionalização da ciência económica feita em Portugal está longe de ser óbvia, embora seja aliciante formular uma hipótese de conexão entre estes dois processos (Fernandes, 2006). No caso de António Manuel Pinto Barbosa é claro que os cargos políticos de topo o afastaram por longos períodos do ensino e da investigação, o que deixou marcas no seu currículo científico. Quando regressa ao ensino no ISCEF, em 1965, acumula o cargo de Diretor do Gabinete de Investigações Económicas do ISCEF com o cargo de

governador do Banco de Portugal num período, o início da década de 1970, de enormes mudanças no sistema monetário internacional, sobre as quais de resto deixará reflexão. Esta reflexão teve na intervenção no Simpósio de Estudos Keynesianos, realizado ao longo do ano de 1977, um dos seus principais momentos, eventualmente beneficiando do "exílio autoimposto", a expressão é dos seus biógrafos, no Banco de Pagamentos Internacionais, entre 1975 e 1978, como "consultor especial" (Neves e Silva, 1999: 238): num contexto de crise do sistema monetário internacional, Pinto Barbosa recupera "o Plano Keynes de 1943", em grande parte derrotado em Bretton Woods, em 1944, defendendo um ajustamento simétrico entre credores e devedores num quadro institucional internacional único, que acabe com o ajustamento assimétrico imposto pelo FMI apenas aos devedores (A. M. Pinto Barbosa, 1981).

Quando António Manuel Pinto Barbosa decide regressar a Portugal, assume particular significado intelectual e político que tenha pedido para ser transferido do ISE-UTL, onde, segundo Neves e Silva (1999: 236), lhe teria sido "vedado o ensino" a seguir à revolução democrática, para a recém-criada FEUNL, aceitando o convite de Alfredo de Sousa, unanimemente visto como o seu fundador e principal dinamizador.[1] Na FEUNL, como Professor Catedrático, Pinto Barbosa seria o primeiro Presidente do Conselho Científico, entre 1981 e 1987. Ainda segundo Neves e Silva (1999: 238), entre as várias razões para a transferência estaria também a presença na FEUNL dos seus dois filhos, os irmãos gémeos António Soares Pinto Barbosa e Manuel Pinto Barbosa, que haviam recentemente concluído os seus doutoramentos nos EUA.

E é precisamente sobre estes dois últimos economistas académicos que se debruça o resto deste capítulo, procurando sublinhar como os seus dois percursos são representativos da emergência de uma realmente "Nova Economia" em Portugal, com declinações científicas e políticas mais amplas e com diferenças significativas em relação às tradições académicas existentes em Portugal, incluindo as encarnadas pelo seu pai. Estas diferenças, que neste capítulo se começam a explorar a partir do contributo destes

[1] Segundo Manuel Pinto Barbosa, no quadro dos «processos de avaliação e de saneamento», em curso na altura, «a assembleia que avaliou o meu pai pronunciou-se no sentido da sua continuidade», «aconteceu, porém, que no fim do mês, quando ia receber o seu salário, viu recusado o pagamento, por obstrução administrativa de uma funcionária», criando-se uma «situação insustentável» (Canha, A. S. Pinto Barbosa e M. Pinto Barbosa, 2006: 263–264).

dois economistas, são, em grande medida, geradas pelos efeitos da mais intensa internacionalização dos percursos académicos, pela sua confluência numa nova instituição nacional de ensino da Economia, a FEUNL, e pela influência de novas ideias económicas oriundas do mundo anglo-saxónico, superando quer uma certa influência keynesiana, quer a breve irrupção de ideias económicas mais radicais no Portugal democrático dos turbulentos anos 1970. Para lá do campo científico, estavam também em jogo as formas de economia política, com expressão constitucional, que haveriam de marcar Portugal nas décadas vindouras.

Duas homenagens

Vistos de forma conjunta, os contributos de António S. Pinto Barbosa e de Manuel Pinto Barbosa para o livro de homenagem ao seu pai dão algumas primeiras pistas para a avaliação da natureza dessa "Nova Economia" em 1989, o final de uma década que se revelou fundamental para a sua afirmação.[2]

De facto, António S. Pinto Barbosa apresenta um breve capítulo sobre "investimento público e *crowding-out*", onde expõe a que era há muito uma das principais linhas de crítica às políticas de estabilização macroeconómica de inspiração keynesiana: o chamado *crowding-out,* fenómeno que assinala a diminuição da despesa privada que adviria do aumento da despesa pública, ou seja, das dificuldades em aumentar a despesa total através de políticas de estimulação macroeconómica (A. S. Pinto Barbosa, 1989). A questão que coloca neste contexto é a da identificação da natureza dos mecanismos capazes de gerar tal efeito. Para reduzir a complexidade da discussão, propõe-se mobilizar «o paradigma mais simples e convencional na formalização macroeconómica: o modelo IS-LM de economia fechada» (A. S. Pinto Barbosa, 1989: 335). Através dele, acaba por distinguir dois mecanismos que configuram dois tipos de efeito: «o convencional *crowding-out* de transacções — que opera através das condições de custo do investimento» (1989: 335) e um outro tipo, que decorre da potencial substituibilidade entre despesa pública e privada.

[2] Por coincidência, um "ano global" de grandes transformações internacionais, que em Portugal se manifestaram, por exemplo, numa revisão constitucional de grande alcance na alteração do regime económico no sentido defendido há muito pela "Nova Economia" (Rodrigues, 2018b).

Em linha com a teoria da escolha pública de James Buchanan, seu orientador de doutoramento e uma das influências centrais no seu pensamento económico, faz depender a relevâncias dos dois mecanismos apresentados da «filosofia de intervenção estatal que existia na economia» (A. S. Pinto Barbosa, 1989: 340). Desde cedo que António. S. Pinto Barbosa procurou articular na sua investigação uma certa macroeconomia com uma certa economia pública, através da análise das formas institucionais que o Estado assume e das escolhas de política económica desta forma disponíveis: «Procurei, de facto, apurar a confluência dessas duas linhas: a da escolha pública com a vertente mais analítica da macroeconomia nomeadamente da linha de Mineápolis, Chicago».

Na conclusão do referido capítulo, encontra-se este impulso intelectual: baseando-se em Buchanan (1975), começa por distinguir o «Estado Protectivo», cuja função é a de proteger os direitos de propriedade, e o «Estado Produtivo», que fornece bens ditos públicos, acrescentando em seguida a categoria de «Estado Empresário», provavelmente por referência à situação em Portugal, em que o Estado concorreria com o setor privado na provisão de bens privados. A sua tese central surge neste contexto: quanto maior é a importância do Estado Empresário, maior será a importância do segundo tipo de *crowding-out*, ou seja, maior será a probabilidade de substituição de despesa privada por despesa pública; o *crowding-out* dito de transações, por sua vez, seria mais importante para formas de ação pública mais limitadas.

Por sua vez, o contributo de Manuel Pinto Barbosa, publicado em inglês, subordina-se ao tema dos "limites de crédito e política monetária em Portugal" (1989). Apresentado como parte de um projeto mais vasto sobre "estabilização em contexto de repressão financeira" em Portugal, financiado internacionalmente pela *Tinker Foundation*, o capítulo aborda um aspeto particular de um leque de temas que lhe eram caros desde os anos 1970: a relação entre os instrumentos de política económica, a estabilização macroeconómica e o quadro regulatório da economia portuguesa, em particular o que se prende com a inserção liberalizadora nos circuitos económico-financeiros internacionais.

O seu ponto de partida é claro: num sistema financeiro como o português, em que o crédito bancário é a principal forma de financiamento de empresas e de famílias, os limites de crédito haviam constituído um dos mais relevantes instrumentos de política económica nacional:

> Nos períodos de dificuldade económica, como os que ocorreram em 1976–1978 e em 1981–1982, quando foi necessário recorrer a receitas duras para restaurar o equilíbrio interno e externo, não surpreendeu que o FMI fizesse dos limites de crédito mais apertados um dos elementos centrais da sua estratégia de estabilização. (M. Pinto Barbosa, 1989: 595)

No entanto, este instrumento de política era considerado parte, conjuntamente, por exemplo, com as taxas de juro administradas, de um sistema de controlo monetário e financeiro gerador de distorções na alocação dos recursos (nomeadamente por via de mecanismos de seleção adversa do crédito) e que estaria em vias de ser superado pelo Banco de Portugal, alinhando-se desta forma Portugal com «meios de gestão monetária mais eficientes», de resto consistentes «com o novo estatuto de país-membro da CEE [Comunidade Económica Europeia]» (M. Pinto Barbosa, 1989: 596). No fundo, está-se aqui perante a crítica aos sistemas financeiros ditos reprimidos, em voga num contexto de novos consensos liberalizadores, na linha do Consenso de Washington, expressão que surge de resto nesse mesmo ano (Rodrigues, 2018b). Ainda assim, seria necessário proceder a uma avaliação qualitativa e quantitativa dos efeitos macroeconómicos da transição em curso para um novo regime de política monetária mais conforme com os mecanismos de mercado em construção, de que a remoção dos limites de crédito faria parte. Reconhecendo estar-se perante um processo de ajustamento complexo e com várias variáveis, os resultados de experiências de simulação efetuadas, usando um modelo econométrico de equilibro geral para Portugal, apenas são capazes de fornecer «uma indicação grosseira» do comportamento do sistema e das principais variáveis que o compõem, tendo ainda em conta as limitações dos dados e o facto de a remoção dos limites de crédito fazer parte de um pacote mais vasto de liberalização financeira e de adoção de «instrumentos de política de mercado sofisticados» (M. Pinto Barbosa, 1989: 602).

Ambos os capítulos dos dois irmãos partilham assim uma crítica a certas formas de intervenção do Estado e uma defesa de um novo regime económico emergente, em contraste com o que emergiu depois do 25 de Abril e que foi vertido na Constituição de 1976, e do qual ambos tinham sido críticos.

Dois doutoramentos

Quando publicam os dois contributos para o livro de homenagem ao seu pai, Manuel Pinto Barbosa e António S. Pinto Barbosa eram já Professores

Catedráticos da FEUNL, respetivamente, desde 1984 e 1986, tendo ambos sido doutorados em Economia nos EUA, respetivamente, na Universidade de Yale, em 1977, e no Virginia Polytechnic Institute and State University (informalmente conhecido por Virginia Tech), em 1978. Se a formação ao nível do doutoramento é sempre um momento fundamental do percurso de um economista académico, importa compreender as razões que os terão levado a optar por um doutoramento nos EUA, em geral, e nas universidades acima mencionadas, em particular, bem como o impacto que tal formação teve nos seus percursos posteriores de investigação e de lecionação.

No caso de Manuel Pinto Barbosa, depois da licenciatura em Economia, em 1966, do cumprimento do serviço militar obrigatório e de uma experiência como assistente no ISCEF, a decisão de rumar aos EUA beneficiou de "contactos prévios" com José António Girão, engenheiro agrónomo, com doutoramento em Economia pela Universidade de Cornell, obtido em 1972, e com Jorge Braga de Macedo, já a estudar na Universidade de Yale, em 1972. Ambos o terão entusiasmado com a perspetiva de uma formação pós-graduada nesse país. Conjugado com um ambiente de "efervescência política" que se vivia na academia, Manuel Pinto Barbosa decidiu candidatar-se a várias universidades nos EUA, beneficiando de uma bolsa do Instituto para a Alta Cultura (antecessor do Instituto Nacional de Investigação Científica — INIC[3]). Obteve uma resposta positiva da Universidade de Yale para fazer o mestrado, dado que já havia passado o prazo para se candidatar ao doutoramento. Sendo obviamente uma das mais prestigiadas universidades, Yale destacava-se, à época, mais na área da Macroeconomia e Sistema Financeiro do que na área de Economia Internacional em que estava interessado, pelo menos quando comparada com outras alternativas disponíveis, segundo afirmou. O prestígio da Universidade de Yale levou-o a optar pelo mestrado em *International and Foreign Economic Administration*, no ano letivo de 1972/73, que abriria a porta ao doutoramento em Economia, se as coisas corressem bem do ponto de vista escolar, o que acabou por acontecer, tendo-lhe sido creditadas unidades curriculares do programa de mestrado no programa de doutoramento. Sublinhando o "choque cul-

[3] O INIC foi criado em 1976 e, aquando a da sua extinção, em 1992, parte das suas competências e atribuições viriam a ser transferidas para a Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (JNICT), que tinha sido criada em 1967 e que, em 1997, viria a dar lugar à atual Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT).

tural" multidimensional com a realidade, incluindo académica, dos EUA, olhando retrospetivamente, Manuel Pinto Barbosa assinala que «enquanto nas disciplinas da área quantitativa — matemática, econometria, estatística, sobretudo — a minha preparação ombreava com a dos meus colegas, na parte de teoria económica, realmente, estava abaixo, tornando necessário um esforço adicional de recuperação».

O trabalho exigido nas unidades curriculares da parte escolar do programa doutoral em Economia impôs-lhe «um ritmo de trabalho intenso», incluindo em várias áreas de teoria económica de matriz neoclássica, durante dois anos, funcionando os exames gerais no fim dessa fase como um filtro de seleção. O trabalho de investigação, entre 1974 e 1976, sob orientação de James Tobin, ocupar-lhe-ia o resto do tempo, culminando na dissertação — *Growth, Migration and the Balance of Payments in a Small Open Economy: Portugal* —, graças à qual obteve o grau de doutor em 1977. Os membros do júri foram, além de James Tobin (orientador), os conhecidos Richard Cooper e Gary Smith. Na dissertação, agradece a economistas centrais na história da macroeconomia internacional como Robert Triffin ou Carlos Diaz Alejandro.

Neste trabalho, que seria publicado em livro nos EUA em 1984, constrói um modelo de crescimento de equilíbrio geral de longo prazo, cujos pressupostos principais — reduzida (ou nula) mobilidade de capital e grande mobilidade de mão-de-obra — se destinam a replicar o que considera serem alguns factos estilizados da economia portuguesa da época, que designa por «pequena economia aberta», confrontada, por um lado, com forte emigração e, por outro, com influxos financeiros sob a forma de remessas. Assim, procura integrar a questão da balança de pagamentos e da emigração num quadro único de análise, "real" e financeiro, do ajustamento macroeconómico, convertendo o modelo de equilíbrio num «modelo dinâmico de desequilíbrio», com o pretexto de que o «decisor de política» tem de ter informação sobre as «propriedades de estabilidade do sistema, a sua estrutura de desfasamentos e a natureza e tempo do ajustamento» (M. Pinto Barbosa, 1984 [1977]: 49); de seguida, na segunda parte da dissertação, estima um modelo econométrico e aplica-o à economia portuguesa.

Esta parte do trabalho de economia aplicada pressupôs, entre outras, recolha de dados em Portugal, no Instituto Nacional de Estatística (INE), em «pleno Verão Quente», «num ambiente de grande turbulência política e social. A cidade incendiada e eu tentando concentrar-me, a procurar

ali os dados para um trabalho de natureza académica, numa situação um pouco surreal...». Se em Portugal os problemas eram de turbulência política, já nos EUA os problemas de estimação econométrica do modelo confrontavam-se, entre outras, com as limitações técnicas, computacionais, inerentes ao funcionamento de um centro de cálculo nos anos 1970, mesmo em Yale:

> O meu trabalho ali começava pela perfuração dos cartões. O pacote com os cartões perfurados era depois depositado junto a uma pequena janela na sala, de acesso restrito, onde estava instalado o computador. Um funcionário autorizado recolhia regularmente desse local de depósito, por ordem de entrada, os pacotes submetidos pelos diversos utentes, procedendo à sua inserção no computador, para processamento. Seguia-se então uma longa espera, numa sala onde, juntamente com muitos outros estudantes e investigadores dos vários departamentos da universidade, em situação análoga, aguardávamos a entrega dos resultados. Ao fim desse tempo, que parecia uma eternidade, lá chegava finalmente o ansiado *print-out*. As mais das vezes, este inculcava a necessidade de correções e alterações, o que implicava revisão do trabalho analítico e voltar ao princípio: nova perfuração de cartões e repetição daquela demorada (para os padrões atuais) rotina computacional.

No final, está-se então perante uma dissertação de macroeconomia neoclássica, centrada na balança de pagamentos de uma "pequena economia aberta", marcada pela parcimónia dos modelos e pela economia da palavra, aspetos que declara ter aprendido em Yale, em especial com James Tobin. Sendo influenciado pela abordagem da escolha de carteira de Tobin, no quadro de um modelo de equilíbrio geral, e o papel que a moeda e um leque mais ou menos diversificado de ativos financeiros aí podem desempenhar, Manuel Pinto Barbosa reconheceu que a «análise de Tobin é sobretudo centrada numa economia fechada». Isto levou-o a incorporar outras contribuições, nomeadamente a abordagem monetária à teoria de balança de pagamentos desenvolvida por Robert Mundell e os modelos de macroeconomia aberta desenvolvidos por Rudiger Dornbusch, referências igualmente centrais na sua dissertação.

Já em Portugal, e pouco antes de obter o grau de doutor, Manuel Pinto Barbosa participa como orador, em 1976, na importante e pioneira Conferência Internacional sobre Economia Portuguesa. Realizada, entre 10 e 13 de outubro desse ano, na Fundação Calouste Gulbenkian, e com o

significativo apoio do German Marshall Fund of the United States, é um momento em que diferentes perspetivas, mais ou menos liberais, mais ou menos desenvolvimentistas, se confrontam. Isto num contexto em que os setores mais comprometidos com a economia política saída das transformações de 1974/1975, representados na conferência por exemplo por Francisco Pereira de Moura, acusam os EUA de ingerência intelectual e política (Moura, 1977). A conferência ficou marcada pela apresentação de mais um estudo sobre a economia portuguesa realizado por doutorandos do Massachusetts Institute of Technology (MIT), do qual faziam parte Paul Krugman e Miguel Beleza, futuro professor da FEUNL (Abel *et al.*, 1977). Estes integravam um grupo do MIT onde pontificavam professores como Richard Eckaus, Rudiger Dornbusch ou Lance Taylor. Vinham desde 1975, a pedido de instituições como o Banco de Portugal, a elaborar análises e prescrições para a economia portuguesa.

Manuel Pinto Barbosa partilha a sessão sobre Balança de Pagamentos precisamente com Lance Taylor, sendo ambas as intervenções comentadas pelo economista keynesiano João Ferreira do Amaral e por um conhecido economista internacional com inclinações liberais, Bela Balassa, o que assinala o grau de reconhecimento já granjeado por Manuel Pinto Barbosa, facto certamente não alheio ao seu iminente doutoramento em Economia na Universidade de Yale. Nessa sessão, apresenta o que retrospetivamente designou como um "resumo" do seu trabalho de doutoramento, analisando «a balança de pagamentos em países de emigração» como Portugal, e apresentando um modelo de equilíbrio geral, com pressupostos que permitiriam analisar o ajustamento de longo prazo de uma «pequena economia aberta», com mobilidade internacional da força de trabalho, mas sem mobilidade de capital, como a portuguesa. Reconhecendo na altura que a sua perspetiva «deixa em aberto muitas questões importantes de política económica, as quais a maior parte das vezes surgem num contexto de curto prazo e de desequilíbrio» (M. Pinto Barbosa, 1977a: 347), precisamente a preocupação da comunicação de Taylor (1977), não deixa ainda assim de defender a utilidade do modelo «para averiguar as consequências finais de determinadas medidas de política económica» (M. Pinto Barbosa, 1977a: 347). Nos seus comentários críticos, João Ferreira do Amaral assinala a necessidade de «introduzir um pouco de keynesianismo na sua filosofia», o que dá uma indicação de alguns dos termos do debate, para lá da dificuldade em «analisar as forças impulsionadoras do sistema económico

português a partir de uma solução de equilíbrio como a que é postulada pelo modelo» (Amaral, 1977: 353–354). Este mesmo ponto de vista é de alguma forma sublinhado por Balassa, que, no seu comentário, compara a abordagem "keynesiana" de curto prazo de Taylor com a "abordagem monetária" de equilibro geral de longo prazo de Barbosa, sublinhando em relação a esta última que a «aplicabilidade do modelo é limitada pelo facto de indicar o ajustamento que teria lugar em resposta a mudanças de variáveis de política entre duas posições de equilíbrio, num momento em que a economia portuguesa se encontra num severo desequilíbrio» (Balassa, 1977: 358). Considerando retrospetivamente que a sua comunicação «teve, apesar de tudo, um razoável acolhimento», Manuel Pinto Barbosa não deixou de notar um confronto com «o curto-prazismo dos que, mais interessados nas prementes questões da atualidade conjuntural de então do que na problemática de longo prazo que era perspetivada no seu trabalho», consideravam que o modelo não era adequado à realidade turbulenta do período.

O percurso académico de António S. Pinto Barbosa, por sua vez, passou também pelo ISCEF. Dado o seu interesse precoce pela área das finanças públicas, licenciou-se, em 1966, em Finanças, onde «essa área estava um pouco mais reforçada». Finanças era na altura a opção alternativa à Economia, tendo ambas as licenciaturas um tronco comum nos dois primeiros anos. Esta divisão era de resto produto da já referida reforma do ensino realizada por António Manuel Pinto Barbosa. Depois da licenciatura, faz o serviço militar, concorrendo à Marinha, o ramo mais disputado, onde entra graças às boas notas da licenciatura, atestadas por vários prémios, incluindo o Prémio Zeferino de Oliveira para a mais elevada classificação na cadeira de Finanças Públicas: «fui colega, na Marinha, não só do meu irmão como também do Vítor Constâncio», todos integrando o "quadro de honra" dos alunos com média igual ou superior a dezasseis valores no ISCEF.

Foi precisamente no quadro de uma cadeira do curso de formação de oficiais da Marinha, curso onde obteria, em 1969, o Prémio Reserva Naval *ex-aequo* de melhor aluno — «um curso muito levado a sério porque conforme a classificação nós conseguíamos ficar cá ou ir para o Ultramar» —, que tem oportunidade de fazer um trabalho sobre "financiamento ótimo das despesas militares". Neste contexto, entra "na análise dos bens públicos": «paralelamente aos trabalhos de Paul Samuelson, comecei a

ler artigos de James Buchanan» e «a ter um grande interesse pela sua abordagem».

Dado que a teoria da escolha pública e, no quadro desta, a abordagem da economia neoclássica às regras, incluindo constitucionais, virão a estar no centro dos seus interesses doutorais, vale a pena transcrever um excerto mais longo da entrevista, onde emerge um problema que merecerá a sua atenção analítica:

> Portanto, foi por via dos estudos dos bens públicos que cheguei aos trabalhos de James Buchanan. Há um problema nos bens públicos, que é a questão da eficiência — descobrir uma solução eficiente no sentido de Pareto — mas há, por outro lado, a questão do seu financiamento, que tem que ver com o lado redistributivo, com a distribuição de utilidades. E surge aqui o problema do *free-riding*: como é que, em bens com impossibilidade de exclusão (como sucede no caso dos bens públicos) se consegue que as pessoas manifestem as suas verdadeiras preferências sabendo elas que estas iriam servir de base aos impostos a serem-lhes cobrados? Tenderiam, naturalmente, a um *understatement, a* camuflar o seu verdadeiro interesse nos bens. Este era um problema central que Samuelson reconhece e achei-o um tema muito interessante. E Buchanan, já naquela altura, vinha com uma sugestão num livro seu — *Public Finance in Democratic Process*. Nesse livro, sugeria que houvesse uma separação da decisão de financiamento dos impostos — a repartição dos impostos — da decisão sobre o volume da despesa com bens públicos. Era uma concretização da ideia mais geral que tinha de distinguir e separar dois momentos. O momento constitucional, o primeiro, em que os indivíduos escolhem os impactos redistributivos num contexto de incerteza, de tipo, digamos, rawlsiano. Isto é, decidem e escolhem sob o véu da ignorância, sem conhecerem bem a sua posição no contexto futuro em que a decisão será posteriormente implementada. E como se poderia operacionalizar este conceito? Introduzindo, por exemplo, um afastamento temporal entre o momento da escolha e o da subsequente implementação... «vamos decidir hoje sobre como é que vai ser o pagamento e a divisão de encargos, daqui a 15 anos, por exemplo. Hoje sei onde estou e a posição que ocupo..., mas daqui a 15 anos já não tenho a mesma certeza». No fundo, é aquela ideia rawlsiana de que no limite, no futuro longínquo, há que admitir poder estar em qualquer posição. Esta ideia, achei-a muito interessante porque através deste mecanismo constitucional, e da introdução da incerteza, aquela dificuldade central da revelação das verdadeiras preferências poderia solucionar-se. Em suma, é mais fácil chegar a

um acordo sobre a divisão dos encargos do financiamento dos bens públicos em contexto de incerteza do que se tivermos de decidir hoje sobre a divisão de encargos a aplicar hoje.

Dada a falta de estímulos em Portugal para prosseguir esta agenda de investigação, quando saiu da Marinha escreveu a James Buchanan «a dizer que estava interessado neste tema por ele abordado e indagando se haveria alguma possibilidade de estabelecer algum contacto... E, contra os meus receios, ele respondeu logo a dizer: "Sim, senhor, quando quiser..."». Apesar de ser naquela altura «muito difícil obter apoio financeiro para os EUA», consegue, em 1972, uma bolsa de um ano da Gulbenkian para frequentar, com *non-degree status*, o Virginia Tech, onde James Buchanan lecionava, começando aí «a lançar as bases de uma ideia para a tese». No caso de António S. Pinto Barbosa, a escolha da universidade foi claramente determinada pela localização do orientador e pela sua abordagem, dada a escassa projeção da instituição universitária onde Buchanan estava na altura.[4]

A ideia inicial passava por concluir o doutoramento em Portugal, no ISCEF. Entretanto, ocorre o 25 de Abril, que gerou sucessivos atrasos no desenvolvimento do projeto. Além disso, como era importante um enquadramento institucional para o futuro desenvolvimento do programa doutoral, assume, no ano letivo de 1975/1976, a regência da cadeira de Economia Política no ISE, «baseada na abordagem marxista», portanto nos antípodas da extensão das hipóteses da teoria económica neoclássica, tal como interpretada a partir da chamada Escola de Chicago, em cuja Universidade Buchanan se havia doutorado, para as áreas político-institucionais: «lá fiz das tripas coração» para lecionar a economia política então dominante no ISE. Porém, perante o panorama de sucessivos atrasos no progresso dos trabalhos, resolve regressar ao Virginia Tech, agora com a ideia de levar a

[4] James Buchanan era já o nome central da chamada Escola de Virgínia da Economia Política, ou seja, da teoria da escolha pública, primeiro na Universidade de Virgínia, entre 1956 e 1968, depois no Virginia Tech, entre 1969 e 1983, e depois dessa data na Universidade de George Mason, até à sua jubilação. Na primeira, Buchanan fundou, em 1957, o The Thomas Jefferson Center for Studies in Political Economy. Em 1969, o centro muda para o Virginia Tech, sendo rebatizado de Center for Study of Public Choice, nome que manterá até aos dias de hoje, mesmo quando, em 1983, Buchanan o transferiu para a Universidade George Mason, onde permanece até agora <https://publicchoice.gmu.edu/about>.

cabo formalmente o Doutoramento, sob a orientação de James Buchanan. Para isso beneficia também do apoio financeiro, sob a forma de bolsas, da Scaiffe Foundation, por via do Centre for Study of Public Choice, e da Eahart Foundation.[5] Em 1977 e 1978, António S. Pinto Barbosa conclui a parte escolar do doutoramento, realizando, como é típico dos programas doutorais em Economia nos EUA, os exames gerais. Depois redige a dissertação — *The Constitutional Aproach to the Fiscal Process: An Inquiry into some Logical Foundations* — obtendo o grau de doutor em Economia em 1978 (A. S. Pinto Barbosa, 1978).

Trata-se de uma dissertação teórica, explorando, com recurso a modelização matemática, "as propriedades lógicas" do chamado paradigma da "separação de decisões" na política orçamental, ou seja, uma situação em que as decisões sobre a repartição dos custos de financiamento são tomadas antes, e separadamente, das decisões sobre a despesa, tal como foi atrás descrito pelo próprio. Neste contexto, explora analiticamente alguns mecanismos que tendem a reduzir os custos de transação das decisões sobre fiscalidade.

Antes da redação da dissertação, que nunca publicará em livro, António S. Pinto Barbosa tinha já conseguido publicar um artigo numa revista académica norte-americana, precisamente a *Public Choice* (A. S. Pinto Barbosa, 1974). Virá ainda a publicar um segundo artigo no *Journal of Monetary Economics* (A. S. Pinto Barbosa, 1979). O primeiro resulta da sua estadia inicial nos EUA e está alinhado com os temas que desenvolverá posteriormente no doutoramento. O segundo, de economia monetária, decorre de uma vigorosa sugestão e estímulo à publicação recebidos numa cadeira de teoria monetária regida pelo seu professor Allen Hess. É um artigo curto, de crítica a um modelo que não teria tomado em consideração variações da riqueza nas funções de procura de moeda, indicando o cruzamento entre

[5] Estas e outras fundações privadas foram importantes no apoio material ao tipo de abordagens ditas neoliberais, associadas, por exemplo, à teoria da escolha pública ou à análise económica do direito, ao grupo de intelectuais, como Hayek, Friedman ou Buchanan, pertencentes à chamada *Mont Pelerin Society*, criada em 1947 (Mirowski e Plehwe, 2009). James Buchanan foi aliás presidente desta última sociedade, entre 1984 e 1986. Neste último ano, obteve o Prémio Nobel de Economia devido ao seu trabalho de articulação das bases institucionais da decisão económica e política. Para uma perspetiva histórica controversa sobre as relações entre fundações privadas de inclinação "libertária", para usar o termo norte-americano, e o trabalho coletivo liderado por James Buchanan, veja-se MacLean (2017).

o interesse pelas questões de escolha pública e de macroeconomia, já atrás referidos. Ambos os artigos ilustram a cultura académica norte-americana de incentivo precoce à publicação científica em revistas especializadas como forma de reconhecimento pelos pares do trabalho de investigação desenvolvido, incluindo a mais elevada probabilidade de se obter uma posição académica após o doutoramento; e isto num ambiente intelectual descrito, particularmente por referência a James Buchanan, como de grande «abertura e incentivo à criatividade»: «sentimos que estamos ali, no ambiente de universidade, a participar num barco com várias pessoas muito motivadas». De resto, tal como Manuel Pinto Barbosa em relação a James Tobin, também António S. Pinto Barbosa valoriza o exemplo de James Buchanan em termos «da eficácia da sua comunicação escrita e da enorme clareza dos seus textos».

Nos anos 1970, a cultura de publicação em revistas científicas anglo-saxónicas, hoje tão difundida na ciência económica que se faz em Portugal, estava só nos seus primórdios. De facto, se se atentar na primeira década para a qual existem registos, a de 1970, dois dos oito artigos são da autoria de António S. Pinto Barbosa.[6] Existe uma relação entre os doutoramentos em Economia obtidos em universidades norte-americanas e a subsequente agenda de investigação, em particular a que se refletiu em publicações académicas em revistas anglo-saxónicas, ditas "internacionais", inaugurando, ainda que de forma inicialmente muito tímida, uma tendência que só se irá generalizar a partir da segunda metade dos anos 1990 (Mata, 1995).

Dois percursos pós-doutorais

Tanto Manuel Pinto Barbosa como António S. Pinto Barbosa decidem regressar a Portugal depois dos trabalhos doutorais, mesmo quando confrontados com a possibilidade de permanência na academia norte-americana. Os seus percursos desligam-se ambos institucionalmente do então ISCEF e vão passar a estar ligados, por via de Alfredo de Sousa, a duas instituições com uma assinalável fluidez institucional entre si, pelo menos nestes primeiros tempos: a Faculdade de Ciências Humanas, incluindo Gestão e Economia, da Universidade Católica Portuguesa, criada em Lisboa no ano de 1972, onde Alfredo de Sousa foi Professor Catedrático entre 1973

[6] Ver <http://cefup-nipe-rank.eeg.uminho.pt>.

e 1977, tendo mantido colaboração posterior; e a Universidade Nova de Lisboa, de cuja comissão instaladora Alfredo de Sousa foi membro, entre 1973 e 1976, até que, em final de 1977, se criou uma estrutura de faculdades, incluindo a Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, a cuja comissão instaladora presidiu, sendo aliás o único Professor Catedrático no momento da fundação e no início do primeiro ano letivo — 1978/1979.

Regressado em 1976, Manuel Pinto Barbosa é convidado por Alfredo de Sousa a pedir transferência do ISCEF, saindo desta instituição, de resto como o segundo havia feito em 1973, para se juntar a «um novo projeto, a uma nova faculdade». «O ambiente académico no ISCEF continuava muito conturbado, crescentemente enfeudado a uma ideologia de pendor marxista, pouco recetivo a outras visões mais *mainstream* da Economia». Aceita, portanto, o convite, e Alfredo de Sousa convida-o também para lecionar na Universidade Católica, instituição com a qual acabará por colaborar durante um longo período.

Por sua vez, António S. Pinto Barbosa regressa a Portugal em 1978: «éramos poucos os que tínhamos Doutoramentos nos EUA e o Professor Alfredo de Sousa, à coca [risos], mostrou logo empenho em que pudesse fazer parte do projeto dele». Tal como o seu irmão, começa por lecionar na Universidade Católica Portuguesa, uma colaboração que também se prolongaria por muitos anos.[7]

Neste contexto, vale a pena notar que a fluidez institucional entre a Nova e a Católica na área de Economia se dá também no plano científico. Exemplo disso é a revista *Economia*, criada em 1977 e extinta em 2003, propriedade da Universidade Católica Portuguesa, que é a expressão nacional de uma nova forma de entender a ciência económica, em moldes miméticos com o que se passava predominantemente no mundo anglo-saxónico (aceitação de artigos em inglês, modelização económica, etc.). No seu primeiro número, três dos quatro artigos são escritos por futuros membros da Comissão Instaladora da FEUNL (Alfredo de Sousa, José António Girão e Aníbal Cavaco Silva), que, de resto, ocupam o cargo de primeiros diretores

[7] Correia e Neves (2018) sublinham que Manuel Pinto Barbosa, apesar de lecionar na Universidade Católica Portuguesa sobretudo economia internacional, teve «um papel central, ao reger as cadeiras de Análise Económica II de 1976 e 1979, mudando decisivamente o ensino da macroeconomia, e mais tarde da cadeira de Macroeconomia II de 1984 a 1989»; por sua vez, «aquilo que Manuel Pinto Barbosa fez às bases da teoria macroeconómica, António Soares Pinto Barbosa fez às Finanças Públicas» (2018: 31).

da revista (em conjunto com Manuel Jacinto Nunes do então ISE). Manuel Pinto Barbosa será seu "consultor" entre 1977 e 1979, publicando de resto os seus principais artigos na revista.[8] António S. Pinto Barbosa, por sua vez, será consultor entre 1984 e 1992, publicando dois artigos na revista.[9]

Para lá desta fluidez institucional, importa não perder de vista que ambos fizeram parte de um grupo de doutorados em Economia, na esmagadora maioria por universidades norte-americanas, e que, a partir de 1978, ingressam, como professores auxiliares, nos quadros da FEUNL sob a liderança de Alfredo de Sousa, o que permitiu, nesta época, introduzir relevantes inovações no panorama académico nacional ao nível do ensino e da investigação em Economia, bem como na intervenção dos economistas no debate público, aspetos de resto já aflorados na escassa literatura que menciona este tema (Bastien, 2000; Araújo, 2016).[10] Como sublinhou Manuel Pinto Barbosa, um dos membros da Comissão Instaladora da FEUNL, que reúne pela primeira vez em 1979:

[8] Por exemplo, logo em 1977, no terceiro número da revista, faz um extenso comentário, em inglês, a um artigo saído no primeiro número, também em inglês, de Jorge Braga de Macedo, primeiro secretário executivo da revista e então doutorando na Universidade de Yale (Macedo, 1977; M. Pinto Barbosa, 1977b). Tratava-se então de avaliar as dinâmicas da emigração e das remessas num modelo neoclássico de equilíbrio, sublinhando-se a importância, entre outros aspetos, da "flexibilidade do sistema financeiro", um exercício em linha com o seu trabalho de doutoramento. Este trabalho será aprofundado nas suas provas de agregação, em 1982, cuja síntese é publicada nesse ano na revista *Economia* (M. Pinto Barbosa, 1982).

[9] Para lá de um artigo de "elogio científico" a James Buchanan, aquando do seu Doutoramento *Honoris Causa* pela FEUNL em dezembro de 1987, a que mais à frente se fará referência (A. S. Pinto Barbosa, 1988), escreveu um artigo empírico, em português, usando métodos econométricos, «fazendo o menor apelo possível a juízos apriorísticos em matéria de teoria económica», sobre a relação entre inflação e produção, de 1953 a 1980 (A. S. Pinto Barbosa, 1985a: 207). Nele conclui que a «produção real se comportou como exógena em relação à inflação» (1985a: 214).

[10] Se se atentar nos membros iniciais da Comissão Instaladora da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, de que Manuel Pinto Barbosa faz parte desde o seu início, em 1979, até ao seu fim, em 1982, constata-se que todos eles tinham obtido doutoramentos em Economia no estrangeiro: Alfredo de Sousa (Universidade de Paris, Sorbonne, 1968), José António Girão (Universidade de Cornell, 1972), Aníbal Cavaco Silva (Universidade de York, 1975), Abel Mateus (Universidade da Pensilvânia, 1977). Além disso, o resto do corpo docente original, com a exceção de António Manuel Pinto Barbosa (doutorado pelo ISCEF em 1941), é dominado por doutorados em universidades estrangeiras, incluindo: Jorge Campinos (Poitiers, 1968), Jaime Reis (Oxford, 1975), Diogo Lucena (Stanford, 1978), Miguel Beleza (MIT, 1979), Maria Emília Freire (Berkeley, 1979), Jorge Braga de Macedo (Yale, 1979) ou António Borges (Stanford, 1980).

> Uma das qualidades de Alfredo de Sousa foi ter sabido, de modo exemplar, enquadrar, estimular, enfim, perceber que era importante reunir pessoas com determinado perfil, para tentar dar um outro impulso ao ensino e investigação em Economia, alternativo ao ISCEF.

Criou-se assim «uma certa comunidade de visão de como se deveria organizar um departamento de Economia ou um programa de Economia», comunidade essa que foi fruto de «uma experiência internacional comum». Ainda segundo Manuel Pinto Barbosa:

> Essa experiência foi obtida numa diversidade de universidades estrangeiras, predominantemente dos EUA, Reino Unido e França, cada uma das quais com a sua singularidade institucional própria. Daí que, no desenvolvimento do projeto, apesar da importância do referido denominador comum, não tenham deixado de se manifestar também divergências, designadamente sobre aspetos de organização curricular e pedagógica, e de progressão na carreira. Estas divergências ocasionais iam sendo ultrapassadas, não impedindo a formação relativamente fácil de consensos, em que por via de regra acabava por prevalecer a influência do modelo organizacional norte-americano.

Apesar das eventuais divergências internas, a que se aludirá mais à frente, a "Nova Economia", que em 1979 dava os primeiros passos institucionais, estava já a granjear alguma projeção pública, ancorada também numa comunidade de visão, para usar a expressão anterior num outro plano, o da política económica e das transformações institucionais requeridas. Isto pressupôs uma certa convergência epistémica em torno dos métodos e teorias mobilizadas para dar conta dos problemas conjunturais e estruturais de uma "pequena economia aberta". Este conceito é mobilizado, explícita ou implicitamente, sendo simultaneamente descritivo, ou seja, referindo-se a uma economia de dimensão reduzida e cujas dinâmicas económicas internas não podiam ser compreendidas sem uma articulação com o enquadramento externo determinante, e prescritivo, ou seja, referindo-se a uma economia que deveria abrir-se progressivamente ao exterior, eliminando entraves institucionais existentes e com efeitos ditos perversos.

Um primeiro exemplo desta projeção pública é a 2ª Conferência Internacional sobre Economia Portuguesa, realizada entre 26 e 28 de setembro de 1979 na Fundação Calouste Gulbenkian e, uma vez mais, com o significativo apoio do German Marshall Fund of the United States. Aí verifica-se o

peso assinalável dos economistas da FEUNL, a instituição académica mais representada, incluindo Manuel Pinto Barbosa e António S. Pinto Barbosa.

O primeiro apresenta uma comunicação, em coautoria com Miguel Beleza,[11] centrada nos desequilíbrios externos nacionais entre 1975 e 1978, comentada por Rudiger Dornbusch, que havia feito parte do Grupo do MIT e que tanta influência estava a ter no desenho da política cambial dita de desvalorização deslizante desde 1977. Esta comunicação ocorre pouco mais de um ano após a formalização do programa dito de estabilização acordado entre o Governo português e o FMI, declarando os autores que «o programa de austeridade tem estado sob forte ataque, a maior parte do qual não está ancorado em argumentos válidos» (M. Pinto Barbosa e Beleza, 1980: 47).[12] Concordando com o programa, que consideram a única forma de fazer com que as autoridades enfrentem "a batata quente" dos défices da balança de pagamentos, através de uma estratégia de contração do crédito e de redução da despesa pública, e logo dos salários, sugerem que o inevitável custo na economia real do ajustamento poderia ser atenuado. Para tal, tratar-se-ia de complementar o enfoque na redução do défice externo corrente com melhorias na conta de capital, aprofundando elementos já em curso: estabilidade política e cambial para aumentar a confiança dos

[11] Miguel Beleza havia integrado o Grupo do MIT, em 1976, e obtido o seu doutoramento em Economia nessa instituição, em 1979, ingressando na FEUNL, primeiro como assistente, no ano letivo de 1978/1979, e depois como professor auxiliar no ano seguinte, ao mesmo tempo que, a partir de 1979, colaborava com o Banco de Portugal como técnico.

[12] Antes mesmo de apresentarem a sua comunicação na Gulbenkian, Manuel Pinto Barbosa e Miguel Beleza tinham-na já apresentado no II Encontro de New Hampshire, realizado em junho de 1979, na Universidade de Yale, sob os auspícios de Jorge Braga de Macedo, que era então aí "Leitor" no Departamento de Economia. Tratava-se do segundo encontro da área interdisciplinar de estudos portugueses, desta vez mais dedicado à economia portuguesa, e que refletia o interesse pela experiência portuguesa nesta época: «assistiu-se nos últimos anos ao florescer de estudos, encontros e conferências internacionais acerca do nosso país» (Macedo, 1979: 421). Jorge Braga de Macedo é muito claro num dos propósitos do painel sobre economia portuguesa, cujos textos são publicados na revista *Economia*, a maioria em inglês: contrariar as «doutrinas "dependentistas"» sobre a economia portuguesa divulgadas no estrangeiro, entre outros, por Mário Murteira. As correntes de economia política de pendor socialista eram claramente o adversário intelectual. Na síntese que faz do artigo de Manuel Pinto Barbosa e de Miguel Beleza, Braga de Macedo oferece um bom resumo da forma como a "Nova Economia" encarava o seu trabalho: «os autores demonstram convincentemente tanto a força dos incentivos económicos como a necessidade de políticas económicas que, tendo-os em conta, saibam coordenar a racionalidade económica individual para um objectivo socialmente desejável, dentro das oportunidades que aquelas tornam viáveis» (Macedo, 1979: 424–425).

investidores, aumento das taxas de juro e aprofundamento de «medidas institucionais tendentes a criar as condições para o aparecimento de mercados de capital e financeiros internos» (M. Pinto Barbosa e Beleza, 1980: 47–48), inseridos nos circuitos internacionais.[13]

Esta intervenção já foi considerada um momento importante da formação do neoliberalismo em Portugal, até porque as mudanças institucionais sugeridas apontariam já baterias à mudança constitucional almejada (Noronha, 2018). No entanto, os autores são muito cuidadosos nas suas formulações mais prescritivas, evitando usar termos que pudessem sugerir enviesamentos político-ideológicos explícitos, sendo que nenhuma referência é feita a mudanças na Constituição. No primeiro número da revista *Economia*, os seus diretores, referindo-se à 1ª Conferência Internacional sobre Economia Portuguesa, declaram que Portugal carece de um plano, que terá de ser encontrado «nem que seja por tacteamento» (Nunes *et al.*, 1977: 174). Em 1979, a análise dos desequilíbrios externos permite começar a pensar em mudanças institucionais de forma um pouco menos tateante, usando métodos e teorias aprendidos nas formações doutorais nos EUA.

Por sua vez, António S. Pinto Barbosa tem a oportunidade de intervir, realizando um dos comentários a uma intervenção do seu colega da FEUNL Aníbal Cavaco Silva sobre "a política orçamental portuguesa em 1974–1978" (Silva, 1980), pouco tempo antes deste último prestar provas públicas para se tornar Professor Extraordinário e pouco tempo depois Professor Catedrático. Declarando não encontrar «divergências substantivas fundamentais» em relação a uma análise que sublinhava o aumento do peso e progressividade dos impostos, o aumento superior das despesas e os correspondentes défices entre 1974 e 1978, com um papel eventualmente estabilizador em 1974–1976, o papel central da inflação, bem como os fatores de "rigidez" induzidos na despesa pela expansão da segurança social ou pelas empresas públicas, António S. Pinto Barbosa sublinha a «existência potencial de importantes perdas de eficiência» associadas ao aumento da progressividade fiscal induzida pela inflação (A. S. Pinto

[13] No seu comentário, Dornbusch declara: «tenho poucas razões para partilhar o que no artigo parece ser um entusiasmo por políticas monetárias e orçamentais restritivas, mas reconheço que posso estar a ir demasiado longe na interpretação do artigo» (1980: 67). Dornbusch afirma preferir neste contexto "políticas *ad hoc*" temporárias, como restrições às importações e subsídios às exportações, mas tal opção era precisamente contrária às intenções implicitamente liberalizadoras da "Nova Economia" emergente (1980: 68–69).

Barbosa, 1980: 227). Para lá de Cavaco Silva, lembra os dois «impostos de inflação» — o que incide sobre os saldos monetários dos particulares e o que incide sobre os detentores de dívida publica —, concluindo com uma referência à «política de estabilização óptima» e com uma questão dissonante, certamente inspirada pela teoria da escolha pública e pelo seu ceticismo em relação às políticas de estabilização keynesianas:

> a de saber até que ponto é, numa óptica de estabilização, adequado apreciar de maneira positiva o crescimento da despesa pública na fase inicial do período em estudo quando [...] se criaram [...] certos tipos de rigidez político-institucional que vieram a impedir ou a dificultar largamente o ajustamento subsequente da sua magnitude. (A. S. Pinto Barbosa, 1980: 229)

Alguns anos depois, em 1984, em pleno segundo programa de ajustamento com o FMI e pouco antes da entrada na CEE, António S. Pinto Barbosa sintetizaria na perfeição a teoria da escolha pública e da análise económica da Constituição, tributárias dos trabalhos pioneiros do seu orientador de doutoramento, para propor, de forma absolutamente clara, mudanças constitucionais radicais em Portugal, antecipando muitas das tendências que se efetivariam, de várias formas institucionais, no futuro dos planos crescentemente imbricados: interno e externo, nacional e europeu:

> Muito se tem falado das excessivas restrições que a presente Constituição vem impondo à nossa actividade económica. Pouco ou nada se tem dito, todavia, sobre a ideia que o texto constitucional possa nessa mesma matéria pecar simultaneamente por omissão. Isto é, por não incluir suficiente disciplina normativa. Refiro-me concretamente à protecção que se afigura devida ao cidadão contra a irresponsabilidade financeira do Estado. Quem de facto observar o descontrolo no crescimento do sector público da nossa economia e, sobretudo, quem atentar na forma de tributação disfarçada (financiamento monetário e recurso ao crédito) que lhe tem estado tipicamente associada, poderá com legitimidade interrogar-se sobre a possibilidade de existência de uma lacuna grave nesta matéria [...]. Os ciclos quer político-eleitorais, quer de miopia fiscal e outras manifestações de conjunturalismo constituem a regra mais do que a excepção. E não surpreende que assim seja pois que reflectem a reacção natural dos governantes à estrutura de estímulos e penalizações que como tais defrontam. [...] O instrumento constitucional ou uma lei-quadro

> para a qual remeta, se bem estruturado, pode aqui oferecer maior protecção. Só alterável por maioria qualificada não estaria em princípio tão facilmente à mercê do impulso de curto prazo. Poderá nessa medida trazer um contributo significativo à sociedade civil e à confiança dos agentes económicos no regime. Por exemplo, se criar adequadas limitações ao financiamento monetário dos défices, se acautelar devidamente a independência do banco emissor [...]. Em suma, muito se ganharia se Ulisses, reconhecendo uma vez por todas o poder sedutor do canto das sereias, agisse em conformidade. (A. S. Pinto Barbosa, 1985b: 9–10)

Por sua vez, também Manuel Pinto Barbosa se mostrava igualmente preocupado com a «confiança do cidadão no regime económico», que seria função da «confiança na respectiva moeda nacional» (1985: 21). A desconfiança manifestar-se-ia na fuga de capitais para o estrangeiro, em busca da estabilidade dada por moedas fortes por comparação com uma moeda presa «no corrente sistema do deslizamento» por uma lógica institucional perversa. Neste contexto, que é também de intervenção do FMI, afirmava de forma igualmente clara e presciente:

> Nas actuais condições estruturais de uma pequena economia aberta como a nossa, amplamente exposta à inflação internacional, seria absurdo pretender a estabilização absoluta do valor da moeda nacional, isto é, a redução a zero da inflação interna. Mas já se afigura possível e desejável a estabilização progressiva do escudo relativamente às moedas dos nossos principais parceiros comerciais. É em larga medida com referência aos produtos trocados com esses países que se define a liquidez da moeda nacional — não esqueçamos este facto, sobretudo numa altura em que avoluma a ideia de uma próxima adesão à CEE [...]. Parece no entanto reunirem-se hoje condições favoráveis à implementação da estratégia indicada: relativa moderação salarial; baixo perfil das expectativas quanto à evolução do emprego; recuperação apreciável da balança de transacções correntes; relativo equilíbrio da taxa de câmbio oficial com a taxa de mercado paralelo; declarada determinação do governo em restabelecer equilíbrios fundamentais da economia. Se o objectivo tem mérito e se existem condições porque não aproveitá-las sem guardar para amanhã o que deve começar a ser feito hoje. (Manuel Pinto Barbosa, 1985: 21–22)

Está-se aqui perante dois artigos publicados numa coluna do jornal *Semanário*, sintomaticamente intitulada "A Mão Invisível", e que seriam

republicados num livro, em 1985, compilando 29 textos de 24 novembro de 1983 a 29 de dezembro de 1984.[14] A coluna durará até 15 de julho de 1989, num total de 138 artigos escritos por treze economistas, todos ligados à FEUNL.[15] Este é, assim, o segundo exemplo de projeção pública da FEUNL, num jornal dirigido por Vítor Cunha Rego e que integrava figuras como José Miguel Júdice ou Marcelo Rebelo de Sousa, de quem aliás terá partido o convite. A clareza a que acima se aludiu pode ser vista como um produto do tempo e do meio, ou seja, do «otimismo de que seria possível obter resultados», como referiu retrospetivamente António S. Pinto Barbosa a propósito das abordagens científicas preconizadas, e da necessidade de popularizar as ideias científicas, tornando-as acessíveis a uma audiência mais vasta, sobretudo no que diz respeito às suas implicações em termos de políticas. Não surpreende por isso que numa breve, mas sugestiva, história cultural e política dos anos 1980, o historiador António Araújo refira a coluna "A Mão Invisível" como um exemplo da

> difusão do pensamento económico liberal ou neoliberal de uma geração que, de Jorge Braga de Macedo a Diogo Lucena, passando por António Borges ou pelos irmãos Pinto Barbosa, possuía ligações académicas aos Estados Unidos ou ao INSEAD de Fontainebleau e que começou um processo de internacionalização universitária "em rede" que era relativamente inédito na academia portuguesa. (Araújo, 2016: 11)

Entretanto, a FEUNL introduziu desde o início um conjunto de inovações, ao nível do ensino, da investigação e até do financiamento, a que Manuel Pinto Barbosa e António S. Pinto Barbosa não foram alheios, antes pelo contrário. A análise dos respetivos currículos aponta para uma divergência de percurso que importa nesta altura assinalar e a que António S. Pinto Barbosa se refere do seguinte modo: «Eu acho que ele [Manuel Pinto

[14] Note-se que tal como António Soares Pinto Barbosa e Manuel Pinto Barbosa os restantes economistas cujos artigos são compilados no livro — Miguel Beleza, António Borges, Diogo Lucena Jorge Braga de Macedo — obtiveram todos os seus doutoramentos nos EUA.

[15] Com 22 artigos neste período, António Soares Pinto Barbosa é a seguir a Jorge Braga de Macedo (30 artigos) um dos colaboradores mais regulares. Por sua vez, Manuel Pinto Barbosa escreve apenas o artigo acima referido, tal como António Nogueira Leite, de uma geração mais nova e que entra em 1989 com um artigo — "para quando as rendas liberalizadas" — em linha com a orientação geral da *Mão Invisível* para a mão visível do Estado.

Barbosa] teve mais presença na parte institucional, eu julgo que terei estado um pouco mais na parte, digamos, científica».[16]

De facto, Manuel Pinto Barbosa, além de ter integrado a Comissão Instaladora da FEUNL, presidida por Alfredo de Sousa, entre 1978 e 1982, foi subdiretor da FEUNL, entre 1982 e 1986, ocupando o cargo de Diretor em exercício no ano letivo de 1982/1983, quando o seu Diretor neste período, Alfredo de Sousa, teve direito a uma licença sabática, que passou na Universidade de Stanford, nos EUA. Entre 1986 e 1990, dada a experiência de gestão e direção académicas entretanto acumuladas, foi convidado para ser Vice-Reitor da Universidade Nova de Lisboa (UNL), sendo eleito Reitor entre 1990 e 1994. Este longo período marcou o seu percurso académico:

> Para lá de dar aulas e preparar os cursos, na organização da faculdade também dediquei muito tempo às tarefas de gestão. Digo, hoje, aos meus colegas das novas gerações: «Ainda bem que encontram agora o caminho desbravado. A infraestrutura e a logística estão montados, os mecanismos básicos de funcionamento organizados. Mas naquela altura, partindo da estaca zero, para se conseguir estabelecer tudo isso, foi uma verdadeira luta... que exigiu um enorme esforço coletivo». Consumi, assim, boa parte do meu tempo académico, em tarefas administrativas, contactos institucionais, reuniões nos ministérios, a tentar obter autorizações, desbloquear assuntos, procurando vencer as dificuldades de uma burocracia infernal. Isto implicou, inevitavelmente, um *trade-off* com o tempo dedicado à investigação, tempo que tive de sacrificar em certo grau. Quando, porém, avalio o resultado desse trabalho coletivo em que participei, considero que o sacrifício colateral valeu a pena.

Esta experiência acumulada leva-o a sublinhar vários elementos que terão contribuído para a consolidação institucional de uma "Nova Economia" em Portugal desde o final dos anos 1970. Em primeiro lugar, houve desde a primeira hora apoio do poder político a este projeto: logo no primeiro Governo Constitucional, em que era primeiro-ministro Mário Soares

[16] Importa, neste contexto, notar uma convergência em ambos os percursos pós-doutorais: a recusa de um percurso político, com eventual ocupação de cargos governativos ou no Banco de Portugal, como tinha acontecido com António Manuel Pinto Barbosa durante a ditadura ou com muitos dos seus colegas — de Aníbal Cavaco Silva a António Nogueira Leite, passando por Miguel Beleza, Jorge Braga de Macedo ou Luís Campos e Cunha — no período democrático. Esta participação de resto terá contribuído para a projeção pública da FEUNL, sobretudo a partir da segunda metade dos anos 1980.

e ministro da Educação Mário Sottomayor Cardia, este último «apercebeu-se de que era importante haver uma renovação modernizadora do ensino da Economia porque o ISCEF mantinha-se instável e confinado a uma certa visão»:

> Com recursos limitados e em precárias instalações iniciais, o ensino na nova Faculdade de Economia arrancou em 1978, no Campo Grande. O projeto desenvolveu-se, ganhando gradualmente notoriedade e reconhecimento público, em termos de conseguir justificar apoio e financiamento público para a mudança, no ano letivo de 1987/1988, para as instalações do renovado colégio de Campolide. Na inauguração destas instalações, o então Presidente da República, Mário Soares, proferiu palavras cujo sentido essencial procuro recordar nos seguintes termos: «Esta escola nasceu e tem funcionado até hoje em instalações menos satisfatórias. Apesar disso, conseguiu distinguir-se pela qualidade do seu trabalho académico e científico, que lhe granjeou reconhecida notoriedade pública. A partir de agora, em novas instalações, passará a usufruir de bem melhores condições para o desenvolvimento do seu projeto educativo. O meu desejo é que as aproveite bem e prossiga esse caminho inovador, mantendo sempre vivo o princípio, que até hoje a tem norteado, de que a "pedra de toque" de uma instituição universitária de excelência, acima da qualidade das instalações, é a qualidade do ensino que ministra e da investigação que produz».

Em segundo lugar, terá havido, ainda segundo Manuel Pinto Barbosa, desde cedo um cuidado na política de contratação de novos docentes e na organização da carreira académica. O quadro de 10 catedráticos e 10 associados que o Ministério tinha criado, em 1982, foi preenchido gradualmente, evitando lógicas excessivamente endogâmicas. Nos processos de avaliação, quer para contratação de novos docentes, quer para progressão da carreira, foi valorizada de modo especial a investigação traduzida em resultados publicados em "revistas académicas conceituadas":

> Da nossa experiência lá fora partilhávamos a convicção de que era essencial existirem critérios de avaliação objetivos onde assumissem preponderância as publicações (sujeitas a *referee*) em revistas internacionais de renome. Hoje parece trivial falar-se nisto, mas na altura era ir contra a corrente.

Por exemplo, na apresentação do *Guia da Faculdade de Economia, 1987–88*, o então Diretor Jaime Reis, sublinha que, «ao entrar na segunda década»,

«ampliou-se a presença de docentes da Faculdade de Economia em reuniões científicas, dentro e fora do país, e foi significativo o número de publicações em revistas de elevado prestígio, tanto nacionais como estrangeiras», sendo «um indicador de vitalidade científica [...] a série de "Working Papers" que a Faculdade tem vindo a publicar desde 1983» (Reis, 1987: 10).

Em terceiro lugar, Manuel Pinto Barbosa destaca as inovações introduzidas na estruturação do ensino pós-graduado. Nesta última área, o primeiro anuário, publicado no primeiro ano letivo de 1978/1979, destaca o primeiro curso no país dito de pós-licenciatura em Economia e centra-se na articulação com a formação ao nível do doutoramento:

> Este curso pretende possibilitar uma preparação no domínio económico, pelo menos equivalente à obtenção do grau de "Master" numa boa universidade estrangeira, e que seja julgado suficiente para que os indivíduos que o frequentem com aproveitamento possam, com algum esforço adicional, preparar o seu doutoramento. (FEUNL, 1978: 15)

Em 1981, passa-se explicitamente ao primeiro Programa de Mestrado e de Doutoramento, bem como ao primeiro MBA, procurando através desta última formação também um canal para uma maior articulação com empresas, incluindo ao nível do financiamento. O programa é, como sublinha Manuel Pinto Barbosa, inspirado na experiência dos EUA:

> Procurámos trazer para aqui características, que julgámos relevantes, dos programas de doutoramento norte-americanos. Por exemplo, em vez de o candidato a doutoramento — como acontecia entre nós, e ainda acontece em muitas universidades — ser encaminhado, quase *ab initio,* para a investigação conducente à elaboração da dissertação, preferimos seguir na FEUNL o modelo americano de "programa estruturado" de doutoramento, em que aquela fase do processo é antecedida de um período escolar de formação intensa pós-graduada, cobrindo as principais áreas do conhecimento económico.

Assim, entre os requisitos para a obtenção do grau de doutoramento, o *Guia da Faculdade de Economia de 1982–1983* fixa um conjunto de oito critérios, em que a «aprovação na prova de crítica e defesa de uma dissertação» é o último, e que vão desde «competência em cálculo» até «ao aproveitamento [com média não inferior a catorze valores] em doze disciplinas de

Pós-Graduação», passando pelo «aproveitamento na disciplina de Econometria I e aprovação de um trabalho escrito de aplicação de métodos econométricos» ou pela «aprovação em dois Exames gerais escritos, sendo um sobre a área de Teoria Económica e outro sobre uma área à escolha do candidato entre as que forem oferecidas» (FEUNL, 1982: 13). A ideia era socializar os candidatos numa formação económica, de matriz neoclássica, através de procedimentos académicos convencionalmente norte-americanos.

Em quarto lugar, Manuel Pinto Barbosa sublinha diferenças, para lá da "visão comum", entre os membros da Comissão Instaladora:

> Havia algumas diferenças que, mais adiante, ao desenvolver-se este projeto, passaram a assumir relevância. E vai haver um momento — que considero definitório na história desta faculdade —, em que, no decurso de um debate, realizado no conselho científico, sobre uma importante proposta de reforma curricular, as opiniões dos membros do conselho, numa situação pouco habitual na escola, se dividem em dois grandes blocos, um a favor, o outro contra a proposta. Esta, elaborada por um grupo de docentes liderado pelo Prof. Diogo Lucena, reduzia de 5 para 4 anos a duração mínima da licenciatura, alargava o âmbito do sistema de créditos, definia áreas de especialização, e introduzia um sistema coerente, com graus adicionais de liberdade, nas escolhas a realizar pelos alunos no processo de definição dos seus próprios currículos. Isto representava — no plano da filosofia e organização de uma licenciatura — uma mudança "tectónica" no *statu quo,* em rotura radical com as práticas correntes, à época, na universidade portuguesa, e representava também uma considerável mudança mesmo no currículo até então existente na FEUNL. Não admira, pois, que a proposta tenha suscitado forte oposição de muitos membros do conselho científico, incluindo o próprio fundador e Diretor da escola, Alfredo de Sousa, que a considerava, aliás com razão, inspirada nas ideias dos docentes doutorados nos EUA, grupo que ironicamente costumava designar por "*lobby* dos associados". Apesar dessa forte oposição, a proposta concitou também largo apoio de muitos outros membros do conselho, apoio que foi para lá do dito "*lobby* dos associados". Assim, após aceso debate, que se prolongou pela noite dentro, a proposta em questão, com pequenos ajustamentos, acabou por sair vencedora na votação final, se bem que por margem tangencial. *A posteriori,* considero que essa foi uma das decisões mais importantes da história da FEUNL, crucial para o futuro da instituição. Se a alteração curricular em questão não tem vingado, penso que o projeto de

> inovação da FEUNL, tal como o conhecemos hoje, teria sofrido, com esse enorme revés, um atraso possivelmente irrecuperável, e a evolução posterior da faculdade teria sido bem diferente da que veio a verificar-se.

Como sublinha o *Guia da Faculdade de Economia de 1984–1985*: «A modernização do programa de licenciatura beneficiou da experiência pedagógica acumulada durante os 5 anos de actividade da Faculdade e envolveu uma flexibilização da estrutura curricular destinada a possibilitar resposta mais eficaz aos desafios» (FEUNL, 1984: 7). No quadro do sistema de unidades de crédito, introduzido de forma pioneira no ano letivo anterior, os estudantes passam a ter um núcleo duro de disciplinas obrigatórias e um leque inusitadamente alargado de disciplinas optativas.[17] Como afirmou Manuel Pinto Barbosa, «nós defendíamos com convicção esse modelo porque já o tínhamos visto funcionar, e sabíamos que podia funcionar bem».

Se é verdade que António S. Pinto Barbosa não teve o grau de envolvimento com as questões de administração e gestão académicas de Manuel Pinto Barbosa, podendo dedicar-se mais, como afirmou, à componente científica, também é verdade que esta se revestiu de várias dimensões institucionais: foi um membro do tal "*lobby* dos associados" no início dos anos 1980, integrou o Conselho Diretivo, como subdiretor, entre 1985 e 1990 e presidiu ao conselho científico entre 1990 e 1996. Talvez mais importante, foi o Diretor, entre 1979 e 1989, do Gabinete de Análise Económica (GANEC), primeiro com Diogo Lucena e, a partir do ano letivo de 1982/1983, com Fernando Brito Soares. Como consta da primeira menção que é feita no *Guia da Faculdade de Economia 1982–1983*, «este gabinete destina-se a desenvolver actividades de investigação pura e aplicada nos domínios fundamentais da economia, podendo contratar com entidades públicas e privadas a realização de estudos» (FEUNL: 1982: 32). Como afirmou António S. Pinto Barbosa:

> A ideia era essencialmente a de aproveitar o capital humano que tínhamos na faculdade para poder fazer projetos de investigação, se calhar alguns deles até de investigação mais aplicada. E isso num regime que não fosse o regime

[17] Segundo Manuel Pinto Barbosa, «uma importante consequência desta acrescida flexibilidade foi permitir o alargamento gradual do elenco de disciplinas optativas da área de gestão, o qual numa primeira fase possibilitou o desenvolvimento de uma especialização nessa área, e posteriormente veio a desembocar na criação da licenciatura em Gestão».

> estritamente formal do orçamento. Portanto, no fundo, ter um gabinete que pudesse contratar estudos, que tivessem um bom conteúdo de análise, com clientes que estivessem interessados, porventura alguns deles do setor público. Tentámos ter, com o GANEC, uma gestão mais flexível.

A capacidade de diversificar fontes de financiamento era essencial para uma instituição com objetivos de internacionalização e que passou desde o início pela circulação de académicos, sobretudo entre os dois lados do Atlântico, para a realização de conferências, seminários e outras atividades, bem como, entre outras, pelo apetrechamento da biblioteca, incluindo a subscrição de revistas científicas em língua inglesa.

Por exemplo, logo em novembro de 1978, James Buchanan dá uma conferência na FEUNL, que é transcrita e publicada na revista *Economia*, onde apresenta a sua "teoria económica das constituições políticas", afiançando que «estamos a redescobrir a sabedoria do século XVIII e XIX», apesar de a situação ser de impasse, dado que as pessoas não confiam no mercado ou no Estado (Buchanan, 1978: 297). António S. Pinto Barbosa mantém de resto uma relação constante com James Buchanan e com o seu *Center for Study of Public Choice* no seu percurso pós-doutoral, publicando um artigo científico em coautoria com Buchanan em que criticam a teoria pura dos bens públicos de Paul Samuelson: «os constrangimentos de convexidade criam problemas na teoria pura dos bens públicos que não têm de emergir na teoria dos bens privados» (Buchanan e A. S. Pinto Barbosa, 1980: 63). Um ano depois da atribuição do Prémio Nobel da Economia a James Buchanan, em dezembro de 1987, António S. Pinto Barbosa faz o elogio científico ao seu antigo orientador no contexto do Doutoramento *Honoris Causa* atribuído pela FEUNL, com uma síntese reveladora do seu profundo (re)conhecimento desta tradição que teria "balanceado" a teoria das falhas do mercado com a teoria das falhas de um Estado cuja discricionariedade deveria ser limitada através de restrições constitucionais: «*Homo economicus*, individualismo metodológico e concepção da política como processo de troca são os três pilares da sua teoria», graças à qual se operou uma «radical mudança paradigmática» no pensamento sobre as contestadas relações entre Estado e mercados (A. S. Pinto Barbosa, 1988: 262). Em 1990, António S. Pinto Barbosa é membro fundador do conselho editorial da revista académica *Constitutional Political Economy*, inicialmente ligada ao Centro criado por James Buchanan, cargo que ocupará até 2001. Aí publicará um artigo

sobre os constrangimentos constitucionais, sob a forma de maioria qualificada, a colocar num contexto em que a incerteza sobre a distribuição geográfica dos efeitos das despesas públicas poderia ser politicamente explorada para expandir excessivamente o setor público (A. S. Pinto Barbosa, 1994). Por sua vez, em 1997, em trabalho conjunto com Boyan Jovanovic e Mark Spiegel (A. S. Pinto Barbosa, Jovanovic e Spiegel, 1997), analisa as circunstâncias em que membros, sobretudo mais ricos, de uma ordem constitucional se deparam com incentivos para a abandonar. Também em 1997, o seu pioneiro manual *Economia Pública* destila a sua experiência de ensino e de investigação de duas décadas, com as declinações internacionais já referidas, na área da economia pública, tornando-se uma referência nesta área em Portugal (A. S. Pinto Barbosa, 1997).[18]

Tendo participado em vários estudos coletivos, realizados no âmbito do GANEC, para entidades públicas ao longo dos anos 1980, António S. Pinto Barbosa considera que o estudo *O Impacto do Euro na Economia Portuguesa*, por si coordenado, foi um dos mais importantes, traduzindo o reconhecimento granjeado pelo Gabinete e pela FEUNL.[19] «Encomendado pelo ministro das finanças, Prof. Dr. António de Sousa Franco», o estudo «considera como aposta fundamentada a decisão tomada a favor da participação do país no processo de unificação monetária», como escreve António S. Pinto Barbosa (1998: 17) no prefácio, a única parte do livro com autoria individual identificada:

> Uma aposta, porque, respeitando ao futuro, ela terá de comportar sempre e em qualquer caso um elemento irredutível de incerteza. Fundamentada porque, no juízo dos autores, se for garantido o prosseguimento de políticas

[18] Para lá da dimensão científica, A. S. Pinto Barbosa chega mesmo a participar pelo menos numa reunião da Mont Pèlerin Society, o nó central do "coletivo intelectual neoliberal" de natureza internacional, em 1980, na Universidade de Stanford (Mirowski e Plehwe, 2009). Neste contexto de articulação entre a ciência e a persuasão pública internacional, é patrono, em 1982, do *Institut Economique* de Paris, um centro ligado à renovação do liberalismo económico em França (Denord, 2007).

[19] Para lá de António S. Pinto Barbosa, seu coordenador, participam no livro os economistas António Nogueira Leite, também professor catedrático da FEUNL, Vítor Gaspar, na altura professor associado convidado da FEUNL e um dos seus doutorados, dois investigadores do Departamento de Estudos Económicos do Banco de Portugal com formação na FEUNL, Marta Abreu e Nuno Gaspar, Miguel Gouveia, professor auxiliar da Universidade Católica, e Miguel St. Aubyn, professor auxiliar do então ISEG-UTL. Participam também um sociólogo, António Barreto, e uma demógrafa, Maria João Valente Rosa.

adequadas, o balanço global que retiram da análise pende claramente para o lado positivo. (A. S. Pinto Barbosa, 1998: 17)

O que no livro se identifica como "uma mudança de regime económico" consubstanciada num conjunto de novas "regras do jogo", aprofundava a lógica de mudança institucional aberta pela revisão constitucional de 1989 e pelas transformações subsequentes. No fundo, as ideias sobre a correta Constituição económica, e sobre a redução da discricionariedade dos poderes públicos, que economistas como António S. Pinto Barbosa vinham defendendo desde os anos 1980, têm influência político-institucional. Retrospetivamente afirma:

> A abordagem constitucional por via de regras constitucionais foi muito relevante. Com a criação do euro e a ideia de que era preciso pôr alguma disciplina nos vários países que tinham acesso à moeda comum, foram criadas as regras que conhecemos. E, portanto, penso que nisso houve uma influência clara daquelas ideias.

Ao mesmo tempo, reconhece o seguinte:

> Para mim, a maior crítica [a essas regras] não será tanto na parte orçamental, mas na parte monetária, porque nas regras monetárias penso que há ali uma deficiência de base. Por influência alemã, o Banco Central ficou privado, até certo momento, de uma função, de um papel que considero muito importante, essencial mesmo, numa união monetária, que é o de *lender of last resort* [credor de último recurso].

Aliás, a abordagem macroeconómica adotada por António S. Pinto Barbosa nos cursos de licenciatura que ministrou, entre 1984 e 2015, e que viria a ser vertida no seu manual *Macroeconomia* (A. S. Pinto Barbosa, 2012), procura de algum modo incorporar a influência da escola da *Public Choice* na linha mais tradicional da síntese neoclássica, dominante no pós-guerra. Esta síntese, vertida no modelo de equilíbrio geral IS-LM, incorporou algumas ideias da macroeconomia keynesiana. Nas suas palavras, admite-se

> A possibilidade de um uso não-benevolente, por parte das autoridades macroeconómicas e/ou poder político, dos instrumentos de política de estabilização, ou seja, a possibilidade, na área da estabilização, de *government*

failures [falhas de Estado] a par das já habitualmente identificadas *market failures* [falhas de mercado].

Para lá disto, o próprio manual reconhece a necessidade de «um profundo exame de consciência nesta importante área disciplinar» no contexto da "grande recessão" e das suas sequelas (A. S. Pinto Barbosa, 2012: xi). Seja como for, este manual também foi escrito tomando em linha de conta o contexto de um «pequeno Estado-membro da zona euro», onde a maior parte das variáveis de política são exógenas (2012: 43).

Regressando a 1998, vinte anos depois da criação da FEUNL e no momento de avaliar o impacto da mudança de regime económico com a entrada no euro, a "Nova Economia" não tinha em Portugal rivais institucionais à altura. Os percursos de Manuel Pinto Barbosa e de António S. Pinto Barbosa, cada um à sua maneira, contribuíram para essa preponderância. A grande recessão estava ainda muito longe.

Conclusão

Neste capítulo, procurou-se explorar os percursos de Manuel Pinto Barbosa e de António S. Pinto Barbosa, filhos de António Manuel Pinto Barbosa, ambos, de uma forma ou outra, participantes na "Nova Economia", embora com percursos naturalmente distintos, dadas as diferentes circunstâncias, como se procurou assinalar.

Em entrevista concedida conjuntamente, publicada em 2006, no ano do falecimento do seu pai, Manuel Pinto Barbosa e António S. Pinto Barbosa sublinham que apesar de não ter estudado nos EUA, António Manuel Pinto Barbosa trouxe pioneiramente para o ensino da Economia referências anglo-saxónicas internacionais. Tendo tido o "privilégio" de estudar nos EUA, os irmãos Pinto Barbosa foram então protagonistas no "papel catalisador" que a FEUNL teve na americanização do ensino e da investigação, relacionando circulação internacional e dinamismo académico, no que seria uma ilustração das vantagens mais amplas da internacionalização (Canha, A. S. Pinto Barbosa e M. Pinto Barbosa: 2006: 261).

No entanto, como assinalou António S. Pinto Barbosa no final da entrevista que me concedeu, as ideias contam e não foram formuladas para ficar confinadas à academia: «Há uma correlação, que me parece manifesta, entre essas ideias económicas liberalizadoras e a Nova e, mais geralmente, a evolução da própria economia». Essas ideias têm uma história, que

também é institucional. Como afirmou Manuel Pinto Barbosa no final da sua entrevista:

> Afigura-se-me que, da nova geração, se calhar não serão muitos os que têm noção clara desse longo trabalho de edificação institucional — num contexto em que o resultado era incerto — que acabou por originar o desenvolvimento no espaço universitário português de um projeto de ensino e investigação em Economia de qualidade concorrencial com as melhores escolas europeias.

De facto, quem visite o novo *site* da Nova School of Business and Economics — cujas instalações foram recentemente transferidas para um *campus* inspirado no modelo californiano, construído de raiz em Carcavelos e tendo por base uma apreciável fatia de financiamento privado — pode ver muitas referências ao futuro disruptivo que supostamente nos aguarda, mas nenhumas em relação a um passado de grandes transformações.

Referências bibliográficas

Abel, Andrew; Beleza, Luís Miguel; Frankel, Jeffrey; Hill, Raymond; Krugman, Paul (1977), "A Economia Portuguesa: Evolução Recente e Situação Actual", in *Conferência Internacional sobre Economia Portuguesa*, vol. I. Lisboa: The German Marshall Fund of the United States e Fundação Calouste Gulbenkian, 31–92.

Amaral, João Ferreira do (1977), "Comentário", in *Conferência Internacional sobre Economia Portuguesa*, vol I. Lisboa: The German Marshall Fund of the United States e Fundação Calouste Gulbenkian, 349–355.

Araújo, António (2016), "A direita portuguesa contemporânea: itinerários socioculturais", *in* Roberto Marchi (coord.), *As direitas na democracia portuguesa — origens, percursos, mudanças e novos desafios*. Lisboa: Texto Editora, 9–56.

Balassa, Bela (1977), "Comments", in *Conferência Internacional sobre Economia Portuguesa*, vol. I. Lisboa: The German Marshall Fund of the United States e Fundação Calouste Gulbenkian, 355–361.

Bastien, Carlos (2000), "The advent of modern economics in Portugal", *in* B. Coats (coord.), *The Devlopment of Economics in Western Europe since 1945*. London: Routledge, 168–190.

Buchanan, James (1975), *The Limits of Liberty: Between Anarchy and the Leviathan*. Chicago: University of Chicago Press.

Buchanan, James (1978), "Constitutional design and construction: an economic approach", *Economia*, 3(2): 291–314.

Buchanan, James; Pinto Barbosa, António S. (1980), "Convexity Constraints in Public Goods Theory", *Kyklos*, 33(1): 63–75.

Canha, Isabel; Pinto Barbosa, António Soares; Pinto Barbosa, Manuel (2006), "Clã de Professores", *in* AA.VV., *Memórias de Economistas — Entrevistas*. Lisboa: Edimpresa, 273–314.

Cardoso, José Luís (2001), "António Manuel Pinto Barbosa", *in* José Luís Cardoso (coord.), *Dicionário Histórico de Economistas Portugueses*. Lisboa: Temas e Debates, 37–43.

Correia, Isabel Horta; Neves, João César (2018), "A macroeconomia nos cursos de economia da Universidade Católica em Lisboa", *in* Jorge Braga de Macedo (coord.), *Macro de Economia Aberta — Ensino e Prática depois de Abril*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 26–33.

Denord, François (2007), *Le néo-libéralisme à la française — Histoire d'une idéologie politique*. Marselha: Agone.

Dornbusch, Rüdiger (1980), "Commentary", in *2ª Conferência Internacional sobre Economia Portuguesa*, vol. I. Lisboa: The German Marshall Fund of the United States e Fundação Calouste Gulbenkian, 65–72.

Fernandes, Filipe (2006), "Economistas pioneiros: as primeiras gerações ISCEF", *in* AA.VV., *Memórias de Economistas — Entrevistas*. Lisboa: Edimpresa, 7–18.

FEUNL — Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa (1978), *Anuário*. Lisboa: Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa.

FEUNL (1982), *Guia da Faculdade de Economia 1982–1983*. Lisboa: Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa.

FEUNL (1984), *Guia da Faculdade de Economia 1984–1985*. Lisboa: Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa.

Macedo, Jorge Braga de (1977), "Emigration and Remittances in Neoclassical Steady-State", *Economia*, 1(1): 95–111.

Macedo, Jorge Braga de (1979), "Introdução: Grandeza e misérias dos estudos portugueses", *Economia*, 3(3): 421–425.

MacLean, Nancy (2017), *Democracy in Chains*. London: Scribe.

Mata, José (1995), "A Investigação em Economia em Portugal: 1980–1994", *Economia*, 19(2): 73-98.

Mirowski, Philip; Plehwe, Dieter (coords.) (2009), *The Road from Mont Pèlerin — The Making of the Neoliberal Thought Collective*. Cambridge, MA: Harvard University Press.

Moura, Francisco Pereira de (1977), "Comentário", in *Conferência Internacional sobre Economia Portuguesa*, vol. I. Lisboa: The German Marshall Fund of the United States e Fundação Calouste Gulbenkian, 93–102.

Mundell, Robert A. (1989), "New Deal on Exchange Rates", *in* Alfredo de Sousa, Francisco Pereira de Moura, Jaime Reis, Jorge Braga de Macedo, José Joaquim Teixeira Ribeiro, Luís Miguel Beleza, Manuel Jacinto Nunes e Vítor Constâncio (coords.), *Nova Economia em Portugal — Estudos em Homenagem a António Manuel Pinto Barbosa*. Lisboa: Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, 405–430.

Neves, João César; Silva, Francisco Azevedo (1999), *António Manuel Pinto Barbosa — uma biografia económica*. Lisboa: Verbo.

Noronha, Ricardo (2018), "The Portuguese road to neoliberalism (1976–1989)", *mimeo*, 1–27.

Nunes, Manuel Jacinto; Sousa, Alfredo; Girão, José António; Silva, Aníbal Cavaco; Macedo, Jorge Braga (1977), "A economia portuguesa em debate", *Economia*, 1(1): 155–174.

Pinto Barbosa, António Soares (1974), "Bargaining Costs and Social Choice under Uncertainty", *Public Choice*, 17(1): 85–91. DOI: https://doi.org/10.1007/BF01718999

Pinto Barbosa, António Soares (1978), *The Constituional Approach to the Fiscal Process: An Inquiry into some Logical Foundations*. Dissertação de Doutoramento, Virginia Polytechnic Institute and State University.

Pinto Barbosa, António Soares (1979), "The Role of Wealth in the Money Demand Functions: a Comment", *Journal of Monetary Economics*, 5(4): 585–591. DOI: https://doi.org/10.1016/0304-3932(79)90017-5

Pinto Barbosa, António Soares (1980), "Comentário", in *2ª Conferência Internacional sobre Economia Portuguesa*, vol. I. Lisboa: The German Marshall Fund of the United States e Fundação Calouste Gulbenkian, 225–230.

Pinto Barbosa, António Manuel (1981), "Keynes e o Acordo de Bretton Woods", *in* AA.VV., *Simpósio de Estudos Keynesianos*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 93–113.

Pinto Barbosa, António Soares (1985a), "Inflação e Produção em Portugal: 1953–1980", *Economia*, 9(1): 207–219.

Pinto Barbosa, António Soares (1985b), "O canto das sereias", *in* AA.VV., *Mão Invisível*. Lisboa: Edipress, 9–10.

Pinto Barbosa, António Soares (1988), "Doutoramento *Honoris Causa* de James Buchanan: elogio científico", *Economia*, 12(2): 259–264.

Pinto Barbosa, António Soares (1989), "Investimento público e *crowding-out*", *in* Alfredo de Sousa, Francisco Pereira de Moura, Jaime Reis, Jorge Braga de Macedo, José Joaquim Teixeira Ribeiro, Luís Miguel Beleza, Manuel Jacinto Nunes e Vítor Constâncio (coords.), *Nova Economia em Portugal — Estudos em Homenagem a António Manuel Pinto Barbosa*. Lisboa: Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, 335–340.

Pinto Barbosa, António Soares (1994), "Manipulating Uncertainty", *Constitutional Political Economy*, 5(3): 255–271. DOI: https://doi.org/10.1007/BF02393260

Pinto Barbosa, António Soares (1997), *Economia Pública*. Lisboa: McGraw-Hilll.

Pinto Barbosa, António Soares (1998), "Prefácio", *in* António Soares Pinto Barbosa (coord.), *O Impacto do Euro na Economia Portuguesa*. Lisboa: Dom Quixote, 17–18.

Pinto Barbosa, António Soares (2012), *Macroeconomia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Pinto Barbosa, António Soares; Jovanovic, Boyan; Spiegel, Mark M. (1997), "Inequality and Stability", *Annales de Economie et Statistique*, 48: 15–40. DOI: https://doi.org/10.2307/20076095

Pinto Barbosa, Manuel (1977a), "A Balança de Pagamentos em Países de Emigração: perspectiva de Longo Prazo", in *Conferência Internacional sobre Economia Portuguesa*, vol. I. Lisboa: The German Marshall Fund of the United States e Fundação Calouste Gulbenkian, 319–348.

Pinto Barbosa, Manuel (1977b), "Emigration without remittances — a comment", *Economia*, 1(3): 468–476.

Pinto Barbosa, Manuel (1982), "Emigração com remessas: um problema de transferência dupla", *Economia*, 6(2): 175–192.

Pinto Barbosa, Manuel (1984 [1977]), *Growth, Migration and the Balance of Payments in a Small Open Economy: Portugal*. New York: Garland.

Pinto Barbosa, Manuel (1985), "Em defesa de um escudo visível", *in* AA.VV., *Mão Invisível*. Lisboa: Edipress, 21–22.

Pinto Barbosa, Manuel (1989), "Credit Ceilings and Monetary Policy in Portugal", *in* Alfredo de Sousa, Francisco Pereira de Moura, Jaime Reis, Jorge Braga de Macedo, José Joaquim Teixeira Ribeiro, Luís Miguel Beleza, Manuel Jacinto Nunes e Vítor Constâncio (coords.), *Nova Economia em Portugal — Estudos em Homenagem a António Manuel Pinto Barbosa*. Lisboa: Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, 595–602.

Pinto Barbosa, Manuel; Beleza, Luís Miguel (1980), "External desequilibrium in Portugal 1975–1978", in *2ª Conferência Internacional sobre Economia Portuguesa*, vol. I. Lisboa: The German Marshall Fund of the United States e Fundação Calouste Gulbenkian, 43–64.

Reis, Jaime (1987), "Apresentação", in *Guia da Faculdade de Economia 1987–88*. Lisboa: Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, 9–10.

Rodrigues, João (2018a), "Comentário: Construir uma Nova Economia — dos anos 70 aos anos 90", *in* Jorge Braga de Macedo (coord.), *Macro de Economia Aberta — Ensino e Prática depois de Abril*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 62–69.

Rodrigues, João (2018b), "Na sombra de 1989 — economia política internacional depois do fim da história", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Número Especial: 189–216. DOI: https://doi.org/10.4000/rccs.7834

Silva, Aníbal Cavaco (1980) "A política orçamental portuguesa em 1974–1978", in *2ª Conferência Internacional sobre Economia Portuguesa*, vol. I. Lisboa: The German Marshall Fund of the United States e Fundação Calouste Gulbenkian, 185–214.

Sousa, Alfredo; Moura, Francisco Pereira; Reis, Jaime; Macedo, Jorge Braga; Ribeiro, José Joaquim Teixeira; Beleza, Luís Miguel; Nunes, Manuel Jacinto; Constâncio, Vítor (coords.) (1989), "Nota Prévia", *Nova Economia em Portugal — Estudos em Homenagem a António Manuel Pinto Barbosa*. Lisboa: Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, 7.

Taylor, Lance (1977), "A Balança de Pagamentos Portuguesa", in *Conferência Internacional sobre Economia Portuguesa*, vol. I. Lisboa: The German Marshall Fund of the United States e Fundação Calouste Gulbenkian, 283–317.